RAFAEL HELOU BRESCIANI

**NACIONALIDADE E SOCIEDADE:
APONTAMENTOS SOBRE O REGIME JURÍDICO DA SOCIEDADE ESTRANGEIRA
NO DIREITO BRASILEIRO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROFESSOR DR. JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2017

RAFAEL HELOU BRESCIANI

**NACIONALIDADE E SOCIEDADE:
APONTAMENTOS SOBRE O REGIME JURÍDICO DA SOCIEDADE ESTRANGEIRA
NO DIREITO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Comercial, sob a orientação do Prof. Dr. José Alexandre Tavares Guerreiro.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO**

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Bresciani, Rafael Helou

Nacionalidade e Sociedade: Apontamentos sobre o Regime Jurídico da Sociedade Estrangeira no Direito Brasileiro / Rafael Helou Bresciani; orientador José Alexandre Tavares Guerreiro -- São Paulo, 2017.

188

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Comercial) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Direito Comercial. 2. Nacionalidade da sociedade. 3. Sociedade estrangeira. 4. Sociedade nacional. 5. Empresa brasileira de capital estrangeiro. I. Guerreiro, José Alexandre Tavares, orient. II. Título.

Nome: BRESCIANI, Rafael Helou

Título: Nacionalidade e Sociedade: Apontamentos sobre o Regime Jurídico da Sociedade Estrangeira no Direito Brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Comercial.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Alexandre Tavares Guerreiro (Orientador) Instituição: FDUSP

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Prof. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Prof. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____ Julgamento: _____

*E com rogo, e palavras amorosas;
Que é um mando nos Reis, que a mais obriga.
Me disse: As cousas arduas e lustrosas
Se alcanção com trabalho, e com fadiga:
Faz as pessoas altas e famosas
A vida, que se perde, e que periga;
Que, quando ao medo infame não se rende,
Então, se menos dura, mais se estende.*

- Luiz de Camões¹

Valem as reticências e as intenções.

- José Américo de Almeida²

¹ CAMÕES, Luiz de. **Os Lusíadas**: Poema Épico, t. 1. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1856, p. 157.

² ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 37. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p. 4.

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Os anos no Largos São Francisco formam certamente uma etapa marcante em minha vida, conjugando avanços pessoais e profissionais com a participação de uma série de pessoas notáveis. As poucas páginas à disposição limitam o tamanho desta seção e a referência individualizada a cada uma delas, mas não a extensão do sentimento de gratidão que lhes dedico lealmente.

Antes de mais nada, agradeço ao Prof. José Alexandre Tavares Guerreiro, que me acolheu pela segunda vez como seu orientando na Faculdade de São Paulo. Mais do que orientador, tenho o Prof. Guerreiro como verdadeiro inquietador, instigando sempre à reflexão crítica. Por ele, guardo ainda grande admiração, não só por seu notório conhecimento jurídico ou sua erudição, mas por sua inigualável paixão pelos livros.

Ao Prof. Alcides Tomasetti Jr., agradeço por despertar em mim o fascínio pelo estudo do direito, ainda no primeiro ano da graduação, determinante em minha trajetória até aqui.

Ao Desembargador Agripino Vieira de Souza, agradeço pelo exemplo de vida no direito, pelas conversas, pela esperança e por imortalizar o espírito da Faculdade de São Paulo, que nunca deve se perder.

À FDUSP e aos seus docentes, funcionários e alunos que se empenham pela manutenção da excelência da instituição, do ensino e da pesquisa, a despeito dos percalços porventura existentes.

Aos Professores José Alexandre Tavares Guerreiro, Erasmo Valladão Novaes e França, Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, Francisco Satiro de Souza Jr., Eduardo Secchi Munhoz, Carlos Portugal Gouvêa, Cristiano Zanetti, Flávio Luiz Yarshell, Carlos Alberto Carmona, Leda Paulani (FEA/USP) e Joe Yoshino (FEA/USP) – ministrantes das disciplinas cursadas no Mestrado ou que me permitiram auxiliá-los em suas atividades docentes –, agradeço tanto por iluminarem horizontes, como pelos singulares modelos acadêmicos na docência.

Aos Professores Francisco Satiro de Souza Jr. e Mariana Pargendler, pelos comentários e críticas formulados na banca de qualificação, que em muito contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho.

Ao “GE”, refúgio do debate intelectualmente honesto e direto, que tenho a honra de frequentar desde os tempos de graduação, pelas incríveis discussões e pela ótima pizza.

Aos Professores Mariana Pargendler e Bruno Salama, pela oportunidade acadêmica desenvolvida no Núcleo de Direito, Economia e Governança da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas. Agradeço ainda aos demais pesquisadores da instituição, com quem dividi não só o Conjunto 21, mas uma mesma etapa na vida acadêmica: Adriane Sanctis de Brito, Arthur Capella Giannattasio, Camila Matos, Carolina Dalla Pacce, Diogo Rais Moreira, Guilherme Forma Klafke, Ingrid Mian, Luciana Oliveira Ramos, Luiza Andrade Correa, Karina Denari, Maria Cláudia Giroto do Couto, Natalia Langenegger, Ramon Alberto dos Santos, Renato Vilela e Ricardo Savignani Alvares Leite.

Pelo apoio, pela experiência adquirida em conjunto e pelo sentimento de amizade cultivado ainda hoje, agradeço aos colegas e amigos dos anos de Machado Meyer: Adriano Schnur, Renato Maggio, Raphael Zono, Paulo Markossian, Ana Beatriz Elvezio, André Politi, Joana Scarpa, Karina Cardozo de Oliveira, Marina Mendes, Pedro Nasi, Regina Mauá, Vitoria Chen e William Rizzi.

Pela convivência e pelas palavras valiosas, agradeço aos amigos Amanda, Veit Braune, Bruno Bastos Becker, Bernardo Pascowitch, Caio Dib, Caio Yoshikawa, Daniel Salgado, Danilo Jafet, Fernanda Ferronato, Gabriel Saad Kik Buschinelli, Larissa Varela, Livia Batista, Mariana Martins Costa Ferreira, Marianna Magnoni e William Kim.

À Tatiana, que vivenciou comigo cada momento desta jornada desde a apresentação do projeto de pesquisa para ingresso no Mestrado – revisando-o e discutindo-o de madrugada –, agradeço pelo carinho, pela amizade, pela paciência e pela parceria de sempre.

Last but not least, a conclusão dessa etapa não seria possível sem o suporte e a confiança inabaláveis da minha família, que passo a agradecer. A meus pais, pela abnegação em favor dos filhos, prova de amor incontestável. A meus avós Ragueb e Celina e a meus tios Regina e Luis, pelo afeto de tantos anos. A meus avós Hilarino (*in memoriam*) e Elvira, pela torcida incessante, ainda que de longe. À Bárbara, à Érica e ao Alexandre, pelo sentimento fraternal. À Giulia, minha sobrinha, pelo dom de espalhar alegria e por sentar ao meu lado à mesa enquanto escrevia parte deste trabalho.

RESUMO

BRESCIANI, RAFAEL HELOU. **Nacionalidade e Sociedade: Apontamentos sobre o Regime Jurídico da Sociedade Estrangeira no Direito Brasileiro**. 2017. 188 p. Dissertação (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente trabalho tem por objetivo estudar aspectos do regime jurídico aplicável às sociedades estrangeiras no direito brasileiro, principalmente quanto a seu regramento no Código Civil de 2002 e na Constituição de 1988, que ainda apresentam relevantes questões em aberto. Não obstante o incremento da atividade econômica internacional, com a multiplicação das sociedades transnacionais, cresce o interesse sobre o caráter nacional ou estrangeiro das empresas, já que devem, na prática, valer-se do arcabouço jurídico de cada país. A primeira parte do trabalho ocupa-se da teoria geral da nacionalidade da sociedade e busca prover os fundamentos teóricos relevantes para a compreensão da qualificação da sociedade segundo a nacionalidade. Debruça-se sobre a legitimidade da aplicação do conceito de nacionalidade às sociedades, sobre as formas e critérios de determinação da nacionalidade da sociedade ao longo do tempo e sobre os efeitos jurídicos decorrentes da imputação de nacionalidade às sociedades. A segunda parte do trabalho volta-se a temas do regime jurídico da sociedade estrangeira no direito brasileiro. Dentre a extensa gama de tópicos sobre o regime jurídico da sociedade estrangeira, aqueles abarcados nesta parte centram-se nas disposições do Código Civil de 2002 e da Constituição de 1988. A segunda parte identifica as formas e limites de atuação da sociedade estrangeira, examina os institutos da desnacionalização e da nacionalização de sociedades e procede a ampla análise sobre as empresas brasileiras com participação estrangeira e sobre o art. 171 da Constituição de 1988.

Palavras-chaves: Nacionalidade da sociedade; sociedade estrangeira; sociedade nacional; empresa brasileira; empresa estrangeira; multinacional, art. 171; art. 1.126.

ABSTRACT

BRESCIANI, RAFAEL HELOU. **Nationality and Corporation: Notes on the Legal Regime of Foreign Corporations pursuant to Brazilian Law**. 2017. 188 p. Thesis (Master Degree on Commercial Law) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This work aims at studying aspects of the legal regime applicable to foreign corporations pursuant to Brazilian law, mainly regarding its regulation in the Brazilian Civil Code of 2002 and in the Brazilian Constitution of 1988, which still present relevant outstanding issues. Notwithstanding the increase in international economic activity, followed by the multiplication of transnational corporations, there is a growing interest in the national or foreign character of corporations, since the legal framework applicable to them remain essentially local. The first part of the thesis examines the general theory of the nationality of corporation and seeks to provide the relevant theoretical foundations to the understanding of the practice to label corporations according to their nationality. It focuses on the legitimacy of the extension of the concept of nationality to corporations, on the forms and criteria for determining the nationality of the corporation over time and on the legal effects arising from the attribution of nationality to corporations. The second part of the thesis analyzes some issues of the legal regime of foreign corporations pursuant to Brazilian law. Among the wide range of topics on the legal regime of foreign corporations, those covered in this part focus on the provisions of the Brazilian Civil Code of 2002 and the Brazilian Constitution of 1988. The second part identifies the forms and limits by which foreign corporations are entitled to do business in Brazil, it also examines the denationalization and the nationalization of corporations and carries out an extensive analysis on the Brazilian corporations with foreign participation and on the art. 171 of the Brazilian Constitution of 1988.

Keywords: Corporate nationality; foreign corporation; national corporation; national business; foreign business; multinational, art. 171; art. 1.126.

LISTA DE PRINCIPAIS ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS

AGU	Advocacia-Geral da União
art(s).	artigo(s)
BACEN	Banco Central do Brasil
CBA	Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/1986)
CC/02	Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/2002)
CC/16	Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071/1916)
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CGU	Controladoria-Geral da União
CPC	Código de Processo Civil de 2015 (Lei nº 13.105/2015)
CPC/73	Código de Processo Civil de 1973 (Lei nº 5.869/1973)
DNRC	Departamento Nacional do Registro de Comércio
EC	Emenda Constitucional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LC	Lei Complementar
LICC	Lei de Introdução ao Código Civil de 1916
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942)
LSA	Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976)
Sisbacen	Sistema de Informações do Banco Central
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJRS	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. Atuação transfronteiriça das sociedades	1
2. Multinacionais e irrelevância da nacionalidade da sociedade?.....	2
3. Lacuna na doutrina.....	4
4. Deficiência legal	5
5. Questões atuais.....	7
6. Estrutura do trabalho e plano proposto	9
7. Metodologia	11
8. Citações	11
PARTE 1 - TEORIA GERAL DA NACIONALIDADE DA SOCIEDADE	12
CAPÍTULO I - LEGITIMIDADE DO CONCEITO DE NACIONALIDADE	12
1. Correntes negativistas	13
1.1. A tese da ficção da pessoa jurídica	13
1.2. A tese de JEAN-PAULIN NIBOYET	16
1.3. A tese da <i>Staatszugehörigkeit</i>	18
2. Correntes afirmativistas	19
2.1. A tese da identidade das nacionalidades	19
2.2. A tese da analogia entre as nacionalidades	21
3. Repercussões no direito brasileiro	22
3.1. Reflexos na doutrina	22
3.2. Utilização do termo no direito positivo brasileiro	26
CAPÍTULO II - DETERMINAÇÃO DA NACIONALIDADE DA SOCIEDADE	27
1. Apresentação	27
2. Evolução histórica dos sistemas de determinação da nacionalidade	30
2.1. Primeiro Período: a disputa de critérios	30
2.2. Segundo Período: o Cavalo de Troia e a difusão do critério do controle	39
2.3. Terceiro Período: a estabilização	43
3. Evolução da determinação da nacionalidade da sociedade no direito brasileiro ..	46
3.1. A incipiente noção de nacionalidade da sociedade	46
3.2. A positivação da nacionalidade da sociedade: Decreto nº 93/1935, Decreto- Lei nº 2.627/1940 e Decreto-Lei nº 4.567/1942	50
3.3. Propostas de reformas nos anos 1950 e 1960	56
3.4. Os anteprojetos da Lei das Sociedades por Ações e do Código Civil	58
3.5. O artigo 171 da Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 6/1995 e o Código Civil de 2002	60
CAPÍTULO III - CONSEQUÊNCIAS DA ATRIBUIÇÃO DA NACIONALIDADE	65
1. Unitariedade <i>versus</i> fragmentação da nacionalidade da sociedade	67
2. Imputação de nacionalidade à sociedade a partir da desconsideração atributiva da personalidade jurídica	73
2.1. Lineamentos da desconsideração atributiva da personalidade jurídica	73
2.2. Aplicação da teoria da desconsideração atributiva no direito brasileiro	74
2.3. Desconsideração atributiva para fins de imputação de nacionalidade à sociedade	78
3. Efeitos atribuídos à nacionalidade da sociedade	80
3.1. Determinação da <i>lex societatis</i>	80

3.2.	Incidência do direito dos estrangeiros.....	80
3.3.	Estabelecimento de restrições imperfeitas ao capital estrangeiro	82
3.4.	Proteção diplomática.....	82

PARTE 2 - REGIME JURÍDICO DA SOCIEDADE ESTRANGEIRA NO BRASIL.....84

CAPÍTULO IV - FORMAS DE ATUAÇÃO DA SOCIEDADE ESTRANGEIRA NO BRASIL.....84

1.	Atuação indireta da sociedade estrangeira	84
1.1.	Participação da sociedade estrangeira em sociedade limitada	85
1.2.	Participação de sociedade estrangeira em sociedade em conta de participação	93
1.2.1.	Sócio ostensivo brasileiro e sócio participante estrangeiro	94
1.2.2.	Sócio ostensivo estrangeiro e sócio participante brasileiro	97
1.2.3.	Sócios brasileiros e estrangeiros sendo simultaneamente sócios ostensivos e participantes	97
1.3.	Participação de sociedades estrangeiras em consórcio	98
1.4.	Graus de participação da sociedade estrangeira em sociedade nacional	98
1.5.	Participação totalitária de sociedade estrangeira em sociedade nacional ...	99
2.	Atuação direta da sociedade estrangeira	102
2.1.	Graus de intensidade da atuação direta	102
2.2.	O regime da autorização para funcionamento	103
2.2.1.	Requerimento de autorização para funcionamento no Brasil	103
2.2.2.	Fixação de condições convenientes à defesa dos interesses nacionais	106
2.2.3.	Início das atividades da sociedade estrangeira autorizada	107
2.2.4.	Modificações no contrato ou estatuto social	109
2.2.5.	Publicações contábeis	110
2.2.6.	Representante permanente no país.....	111
2.3.	Considerações críticas sobre o regime da autorização para funcionamento	112
2.4.	Atuação da sociedade estrangeira em juízo	114

CAPÍTULO V - MUDANÇA DE NACIONALIDADE DA SOCIEDADE.....117

1.	Desnacionalização da sociedade brasileira	117
1.1.	Controvérsia sobre a mudança da nacionalidade	117
1.2.	Reflexões críticas	119
2.	Nacionalização da sociedade estrangeira	121

CAPÍTULO VI - A EMPRESA MAIS OU MENOS BRASILEIRA.....124

1.	Apresentação	124
2.	Crítica terminológica e proposta de nova designação.....	127
3.	Histórico das sociedades brasileiras dotadas de elemento estrangeiro relevante (antecedentes ao art. 171 da Constituição Federal)	129
3.1.	Constituição de 1891 e a navegação de cabotagem	130
3.2.	Repercussões das Guerras Mundiais.....	131
3.3.	Outras hipóteses de diferenciação entre sociedades brasileiras	134
3.3.1.	Aquisição de terras rurais.....	135
3.3.2.	Empresas em faixa de fronteira.....	135
3.3.3.	Aviação civil	136
3.3.4.	Segurança privada	136
3.3.5.	Transporte rodoviário de cargas e de <i>containers</i>	137
3.3.6.	Aquisição de produtos estratégicos de defesa.....	137
4.	Interpretação do artigo 171 da Constituição Federal e de sua revogação	138

5.	Ponderações sobre a adequação do tratamento diferenciado às sociedades brasileiras dotadas de elementos estrangeiros relevantes	143
5.1.	Deficiências nos elementos escolhidos para atrair o regramento diferenciado às sociedades brasileiras dotadas de elemento estrangeiro relevante	144
5.2.	Suposta correspondência entre interesse do nacional e o interesse público nacional	146
5.3.	Utilidade e racionalidade da restrição à participação estrangeira	147
6.	Repercussões no regime societário das sociedades brasileiras dotadas de elementos estrangeiros relevantes	147
CAPÍTULO VII - O CASO DA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS NO PAÍS		150
1.	Surgimento e evolução da controvérsia quanto à equiparação da sociedade brasileira com participação estrangeira à sociedade estrangeira.....	151
1.1.	Contexto prévio à Lei nº 5.709/71	151
1.2.	A Lei nº 5.709/1971 e a Ordem Constitucional de 1988	153
1.3.	Os Pareceres da AGU	154
1.4.	Os Pareceres Normativos da Corregedoria Geral de Justiça do TJSP	156
1.5.	A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 342	159
2.	Repercussões da discussão.....	160
2.1.	Extensão da admissibilidade do capital estrangeiro em imóveis rurais	160
2.2.	Imóveis rurais em garantia para instituições financeiras brasileiras controladas por estrangeiros	161
CONCLUSÃO		163
BIBLIOGRAFIA		167

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto o estudo de aspectos do regime jurídico aplicável às sociedades estrangeiras no direito brasileiro, principalmente quanto a seu regramento no Código Civil de 2002 e na Constituição de 1988. O assunto insere-se no tema maior da nacionalidade da sociedade.

1. Atuação transfronteiriça das sociedades

É certo que a atuação das sociedades para além das fronteiras estatais no desenvolvimento de determinadas atividades econômicas não é, em absoluto, fenômeno novo. Há quem atribua aos assírios, no século II a.C., o registro do primeiro caso de “multinacionais” de que se tem notícia³ ⁴. Sem precisar ir tão longe, FÁBIO KONDER COMPARATO identifica na organização e no funcionamento do Banco Medici de Florença um exemplar avoengo das multinacionais⁵.

Contudo, o desenvolvimento do capitalismo exponencia a relevância do fenômeno. O capitalismo é a primeira civilização mundial da História. As civilizações antecedentes mantiveram-se essencialmente ligadas a uma determinada base geográfica, que era então a sua principal condicionante, conformadora decisiva de suas crenças, de seu arranjo institucional para exercício do poder e de sua organização social⁶. Com isso, embora o seu progresso tenha inicialmente se dado no interior de determinado território, o capitalismo jamais fincou base geoeconômica e buscou se alastrar por todo o planeta independentemente de qualquer limitação espacial⁷.

Na marcha de sua expansão mundial, de grande relevância é a organização jurídica sob a forma societária, que facilita a concentração de vultosos capitais e a exploração de empreendimentos de elevado risco, tendo permitindo também que o capitalismo desembarcasse no continente americano. Em verdade, é tamanha a importância da atuação

³ MOORE, Karl; LEWIS, David. **The Origins of Globalization**. New York: Routledge, 2009, p. 65.

⁴ Ao longo do trabalho, os termos “multinacional” e “transnacional” são empregados como sinônimos. Também utilizando ambos os termos indistintamente, cf. MAGALHÃES, José Carlos de. As Empresas Multinacionais e o Mercado de Capitais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 23-25, n. 30, p.155-169, 1980-1982.

⁵ COMPARATO, Fábio Konder. Na Proto-História das Empresas Multinacionais: o Banco Medici de Florença. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 54, p.105-111, 1984.

⁶ COMPARATO, Fábio Konder. **A Civilização Capitalista**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 19.

⁷ Idem, p. 24.

econômica das sociedades que há quem as considere a maior forma de organização da humanidade⁸.

No contexto contemporâneo, é indiscutível a relevância da atuação transnacional das sociedades. Em estudo quantitativo do ano de 2011, considerando a estrutura de controle das empresas em nível mundial, foram identificadas nada menos que 43.060 empresas transnacionais, as quais funcionavam nos mais diversos países do globo, por si ou pelas 399.696 empresas em que detinham participação societária⁹.

Ademais, as dimensões das multinacionais colocam-nas em pé de igualdade com verdadeiros Estados. Em termos econômicos, o faturamento das 25 maiores multinacionais equipara-se ao ou supera o PIB de alguns países. A título de exemplo, as receitas do Wal-Mart em 2010 totalizaram US\$ 408 bi. No mesmo ano, os PIB de Noruega, África do Sul e Grécia foram, respectivamente, de US\$ 414 bi, US\$ 364 bi e US\$ 305 bi. O Wal-Mart ainda suplanta a população de um Estado como a Eslovênia: enquanto o país conta com 2,1 milhões de habitantes, o Wal-Mart emprega aproximadamente 2,2 milhões de pessoas, de nacionalidades variadas, distribuídas por diferentes regiões do mundo¹⁰.

2. Multinacionais e irrelevância da nacionalidade da sociedade?

Na etapa atual de globalização e de intensificação das relações econômicas internacionais, sustentou-se a crescente irrelevância do caráter nacional ou estrangeiro das sociedades. ROBERT REICH defendeu que as multinacionais contemporâneas se assemelhariam a uma fachada, por trás da qual se articulam empresas que contratam entre si continuamente e com unidades de produção espalhadas por todo o mundo. Assim, as multinacionais constituiriam verdadeira rede global desvinculada de um Estado, e sua nacionalidade seria cada vez mais incerta¹¹.

⁸ MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **The Company: A Short History of a Revolutionary Idea**. New York: The Modern Library, 2003, p. xv.

⁹ VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATTISTON, Stefano. The Network of Global Corporate Control. **Plos One**, [s.l.], v. 6, n. 10, p.25995-25995, 26 out. 2011. Public Library of Science (PLOS). <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0025995>. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0025995>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

¹⁰ KHANNA, Parag; FRANCIS, David. **These 25 Companies Are More Powerful Than Many Countries: Going stateless to maximize profits, multinational companies are vying with governments for global power**. 2016. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2016/03/15/these-25-companies-are-more-powerful-than-many-countries-multinational-corporate-wealth-power/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

¹¹ REICH, Robert. Does Corporate Nationality Matter? **Issues In Science And Technology**, University Of Texas At Dallas, v. 7, n. 2, p.40-44, 1990-1991; REICH, Robert. **The Increasing Irrelevance of Corporate Nationality**. 28 jul. 2014. Disponível em: <<http://robertreich.org/post/93122315065>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

No entanto, a constatação sobre a existência de uma única empresa em termos econômicos atuando no mundo inteiro, ao invés de diminuir o interesse sobre o caráter nacional ou estrangeiro da sociedade, acentua-o.

A multinacional pode ser comparada a um elefante, no sentido de ser tão difícil conceituar quanto fácil de reconhecer¹². Na definição formulada pela UNCTAD, uma sociedade multinacional é “geralmente considerada como uma empresa que abranja entidades em mais de um país que operem sob um mesmo sistema decisório que permita estratégias comuns e políticas coerentes. Tais entidades podem vincular-se por participação no capital ou de outra forma, que uma ou mais delas possam exercer influências relevante sobre as demais, especialmente para compartilhar conhecimentos, recursos/insumos e responsabilidades”¹³. Um paralelo entre essa conceituação e a de ROBERT REICH permite que se extraia um núcleo indisputável: ambas expressam a crescente dinamização da atuação das sociedades pelo mundo e a superação das barreiras do território de um Estado específico.

Não obstante a unidade econômica das multinacionais seja capaz de ultrapassar as fronteiras dos Estados, o incremento do interesse pela nacionalidade da sociedade é decorrência direta da ambiguidade de que tais empresas permanecem, nos mais variados aspectos de suas atividades, sujeitas essencialmente ao direito nacional de cada ordenamento jurídico dos países em que venham a atuar¹⁴. E nem mesmo são hábeis a lidar com o problema as tentativas da literatura jurídica de identificar princípios essenciais ao direito das sociedades comuns a diferentes Estados e tradições jurídicas¹⁵.

De outra parte, o interesse pelo tema da nacionalidade da sociedade também se justifica pela ótica dos Estados. Não obstante a tendência crescente de os Estados emitirem normas cuja aplicação transcenda as suas próprias fronteiras¹⁶, sob a ordem jurídica internacional, em que cada país tem jurisdição sobre seu próprio território e seus nacionais, comprometendo-se a respeitar a jurisdição alheia, a regulação de um fenômeno fragmentado

¹² DOELLINGER, Carlos von; CAVALCANTI, Leonardo Caserta. **Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira**. IPEA: Rio de Janeiro, 1975, p. 8.

¹³ UNCTAD. **Transnational Corporations Statistics**. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/DIAE/Transnational-Corporations-Statistics.aspx>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

¹⁴ HADARI, Yitzhak. The Choice of National Law Applicable to the Multinational Enterprise and the Nationality of Such Enterprises. **Duke Law Journal**, Durham, v. 1974, n. 1, p.1-57, 1974, p. 6.

¹⁵ KRAAKMAN, Reinier et al. **Anatomy of Corporate Law: A Comparative and Functional Approach**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2009; ROTH, Günter; KINDLER, Peter. **The Spirit of Corporate Law: Core Principles of Corporate Law in Continental Europe**. München: Beck, 2013.

¹⁶ No direito brasileiro, cf. a Lei Anticorrupção ou mesmo a Lei das Estatais, cuja aplicação pode implicar na produção de efeitos extraterritoriais. Aliás, o próprio regulamento da Lei das Estatais prevê expressamente sua incidência sobre empresas “transnacionais” (Decreto nº 8.945/2016, art. 1º, par. único).

nos mais diversos países em que a multinacional atue revela-se verdadeiro desafio a ser enfrentado por cada autoridade soberana¹⁷.

Assim, do ponto de vista jurídico, a intensificação da atividade transnacional das sociedades implica aumento da importância, em igual proporção, sobre o caráter nacional ou estrangeiro da sociedade. Pela ausência de uma forma jurídica societária “neutra” ou que tenha idêntico tratamento por todos os países do globo, ao decidir atuar em determinados Estados, a atuação da empresa multinacional deverá partir do instrumental contido no arcabouço legal de cada país.

3. Lacuna na doutrina

Ao contrário do que a constatada relevância da matéria até aqui poderia sugerir, não são abundantes no direito brasileiro os trabalhos doutrinários que se dedicam ao tema da nacionalidade da sociedade e, mais especificamente, ao tópico do regime jurídico da sociedade estrangeira. A monografia seminal “*Sociedades Anónimas Estrangeiras*”, de 1934, do então doutorando ALEXANDRE FERREIRA CESARINO JR.¹⁸ foi o primeiro passo a explicitar a questão no Brasil, mesmo antes da positivação de disciplina mais extensa sobre a sociedade estrangeira na lei, que só viria a ocorrer com o advento do Decreto-Lei nº 2.627/1940.

No entanto, reflexão mais aprofundada sobre o tema permaneceu circunscrita a pequeno número de autores brasileiros, principalmente em trabalhos dedicados ao estudo da nacionalidade da pessoa jurídica ou da sociedade em geral. Exemplo disso são as obras de THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS, LUIZ VIANA e BARBOSA LIMA SOBRINHO¹⁹.

¹⁷ HADARI, Yitzhak. The Choice of National Law Applicable to the Multinational Enterprise and the Nationality of Such Enterprises, op. cit., p. 5; MAGALHÃES, José Carlos de. O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 30, n. 119, p.175-191, jul./set. 1993 p. 175.

¹⁸ Anos mais tarde, o advogado CESARINO JR. viria a se tornar também médico pela Escola Paulista de Medicina e Catedrático de Legislação Social na Faculdade de São Paulo, além de professor em diversos outros cursos universitários. Embora seu nome seja primordialmente lembrado em razão de sua atuação no direito social, a sua ampla produção inclui obras de direito comercial. Cf. [EDITOR]. Antonio Ferreira Cesarino Junior, Professor Catedrático de Legislação Social. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, São Paulo, v. 34, n. 3, p.83-89, 1938; Antônio Ferreira Cesarino Júnior. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, São Paulo, v. 58, p.23-28, 1963.

¹⁹ SANTOS, Theóphilo de Azeredo. **Da Nacionalidade das Sociedades Comerciais**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da Universidade de Minas Gerais, 1957; VIANA, Luiz. **Da Nacionalidade das Sociedades**. Salvador: Artes Gráficas, 1959; LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **A Nacionalidade da Pessoa Jurídica**. Minas Gerais: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1963.

A elas, deve-se acrescentar a produção acadêmica da Faculdade de São Paulo, que registra apenas duas obras especificamente dedicadas à matéria. Uma delas é a tese de titularidade de JOÃO GRANDINO RODAS e a outra é a dissertação de mestrado de GUIOMAR DE FREITAS – ambas ainda anteriores ao Código Civil de 2002, o qual traz o regramento hoje vigente da nacionalidade da sociedade²⁰. Sob a vigência do diploma civil de 2002, localizaram-se somente duas obras que se depararam com o assunto de forma particular²¹. Afora isso, ou o tema é alvo lateral de compêndios, manuais e tratados, ou é abordado em poucos artigos acadêmicos, de forma mais breve e segmentada.

Assim, em que se pese a sua inegável utilidade e todo o mérito a que faz jus, boa parte dos estudos empreendidos no tema afastou-se temporalmente do direito vigente e dos contextos político, social e econômico contemporâneos em que o assunto da nacionalidade da sociedade vem à tona. Além disso, cumpre notar que as produções são certamente em número bastante reduzido frente à complexidade da matéria e ao leque de questões que ela ainda hoje suscita. Com isso, este trabalho pretende contribuir para sanar a lacuna deixada pela doutrina e avançar na compreensão da nacionalidade da sociedade e do regime aplicável à sociedade estrangeira.

4. Deficiência legal

O regramento central da nacionalidade da sociedade vigente no direito brasileiro e, por derivação, da sociedade estrangeira, está contido nos artigos 1.123 a 1.141 do Código Civil de 2002. Apesar do eufemismo da doutrina em destacar que os principais de seus dispositivos são *bastante semelhantes* aos do Decreto-Lei nº 2.627/1940²², tais disposições, em verdade, nada mais são do que cópias servis dos artigos 59 a 73 do diploma legal de 1940, que tratava do assunto no campo das sociedades por ações.

Com efeito, dois “grandes” aprimoramentos promovidos pelo Código Civil de 2002 ao regramento anterior resumem-se à generalização de suas disposições, com a sua

²⁰ RODAS, João Grandino. **Evolução do Liame entre Sociedade Comercial e Estado**. 1993. 497 f. Tese (Titularidade) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993; FREITAS, Guiomar de. **Nacionalidade de Sociedades**. 1995. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Departamento de Direito Comercial, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

²¹ RÉGNIER, Leonardo Medeiros. **Nacionalidade das Sociedades Comerciais**. Juruá: Curitiba, 2002; HENTZ, Luiz Antonio Soares; DINIZ, Gustavo Saad. **Sociedades Dependentes de Autorização**. São Paulo: IOB Thomson, 2004.

²² CARVALHOSA, Modesto. **Comentários ao Código Civil: Parte Especial - Do Direito de Empresa**, v. 13. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 553; WALD, Arnoldo. **Comentários ao Novo Código Civil: Livro II - Do Direito de Empresa**, v. 14. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 685 e ss.

aplicação ampla a todos os tipos societários – e não mais especificamente às sociedades por ações –, e à substituição do termo “Govêrno” por “Poder Executivo” na redação.

Conquanto o decurso do tempo não tenha, por si, o condão de tornar obsoleto um texto legal, há fortes indícios de que se faz necessária maior reflexão sobre os artigos que regem o tema atualmente. Além de consubstanciarem reprodução virtualmente idêntica aos comandos da lei anterior – formulados em vista da realidade de mais de 75 anos atrás –, evidenciam pouco cuidado do legislador em sua redação.

Esse alheamento não passou despercebido pela doutrina. No artigo 1.126, parágrafo único, do Código Civil, o legislador de 2002 se limitou a transcrever o artigo 60, parágrafo único do Decreto-Lei nº 2.627/1940, e replicou a obrigação de que certas sociedades mantivessem exclusivamente ações nominativas. Todavia, ante à Lei nº 8.021/1990, que aboliu as ações ao portador e endossáveis, as ações nominativas já se haviam tornado a única forma possível de ser adotada. Diante da falta de lógica para a especificação legal, a doutrina declarou o comando inócuo²³, inútil²⁴, sem sentido e sem efeito prático²⁵. Ao se deparar com outro equívoco no regramento da sociedade estrangeira no Código Civil, houve ainda quem escancarasse o desleixo do legislador: “parece ter sido um descuido do codificador de 2002, que se limitou a reproduzir a norma revogada”²⁶.

De qualquer maneira, as deficiências do regramento da sociedade estrangeira no direito pátrio não se reduzem a simples problemas de adaptação de linguagem ou a tecnicismos menores. Com efeito, são dois os grandes problemas na matéria.

O primeiro deles é o seu descompasso com a realidade do comércio no século XXI, agravado pela crescente relevância da atuação das sociedades estrangeiras, que se exemplifica a seguir. Como se verá oportunamente, enquanto, de um lado, a lei vigente pretende supervisão quase absoluta das sociedades estrangeiras, impondo-lhes a obrigação de obterem autorização governamental prévia ao seu estabelecimento no país (CC/02, art. 1.134) e, com mãos de ferro, faculta à autoridade estatal impor que tais sociedades estrangeiras atendam condições convenientes à defesa de interesses nacionais (CC/02, art. 1.141, § 2º); por outro, escapa-lhe por entre os dedos fenômeno relevante: sociedades estrangeiras que prescindem de instalação física no país e que, por isso, permanecem à margem do regramento desenhado em 1940 e repetido em 2002.

²³ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de Empresa**: Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 580.

²⁴ CARVALHOSA, Modesto. **Comentários ao Código Civil...**, op. cit., p. 553.

²⁵ WALD, Arnoldo. **Comentários ao Novo Código Civil...**, op. cit., p. 696.

²⁶ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de Empresa...**, op. cit., p. 596.

Exemplo disso é o caso *WhatsApp*. A *WhatsApp Inc.* é sociedade constituída em conformidade com as leis de Delaware, nos EUA²⁷, cuja principal atividade é a exploração de serviço próprio de comunicação por mensagens eletrônicas, oferecido mundialmente. Embora inegavelmente explore seu objeto social ao fornecer o serviço de mensagens a indivíduos no território brasileiro, não lhe é aplicável a exigência de constituição de representante no Brasil com poderes para receber citações pela sociedade (CC/02, art. 1.138) que se aplica às sociedades estrangeiras que se instalem fisicamente no país. A contradição do sistema vigente ficou clara com a dificuldade de intimar a *WhatsApp Inc.* para participar de processos e cumprir decisões do Judiciário brasileiro²⁸.

O segundo problema é a ausência de respostas claras do ordenamento jurídico sobre questões centrais do tratamento jurídico aplicável às sociedades estrangeiras e nacionais, problema que será abordado no tópico seguinte.

5. Questões atuais

A falta de atenção da doutrina à matéria cria terreno fértil para semear incertezas. Mesmo questões fundamentais sobre o tema não encontram respostas suficientemente claras ou consensuais no direito brasileiro. Colocam-se dúvidas sobre o significado da nacionalidade da sociedade, sobre a sua função e mesmo sobre os critérios a serem adotados para a sua determinação. Embora se possa afirmar, de *lege lata*, que é “nacional a sociedade organizada de conformidade com a lei brasileira e que tenha no País a sede de sua administração”²⁹, parece ainda haver dificuldades em discernir o seu sentido e as implicações jurídicas da qualificação como sociedade nacional ou estrangeira.

Se, por um lado, essas aparentam ser questões puramente teóricas, por outro, consubstanciam o cerne para a compreensão do tema da nacionalidade da sociedade e são dotadas de grandes repercussões práticas para problemas ainda não resolvidos definitivamente no direito brasileiro relativos ao tratamento jurídico a ser dado a sociedades nacionais e estrangeiras.

²⁷ WHATSAPP INC. **Contact WhatsApp**. Disponível em: <<https://www.whatsapp.com/contact/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

²⁸ PEDROSA, Leyberson. Pela quinta vez, Whatsapp tem problemas com justiça brasileira. **Portal EBC**. Brasília, p. 1-1. 19 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2016/03/tres-vezes-que-o-whatsapp-teve-problemas-com-justica-brasileira>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

²⁹ CC/02, art. 1.126, *caput*.

Com efeito, a evolução do regramento da matéria no direito brasileiro coloca em confronto conceitos formais da nacionalidade da sociedade com outras concepções de nacionalidade da sociedade a partir do controle ou do capital majoritário da sociedade.

Se é verdade que a nacionalidade da sociedade é definida pela regra do artigo 1.126 do Código Civil, como compreender as disposições na legislação que a ela se sobrepõem e parecem trazer nacionalidades especiais às sociedades a depender de certas características estrangeiras que ostentem? Haveria múltiplas nacionalidades da sociedade? O que significam essas disposições especiais? Qual o seu fundamento? Poder-se-ia conferir a sociedades nacionais nos termos do artigo 1.126, mas que tenham participação de estrangeiros, tratamento diverso daquele conferido a sociedades nacionais que possuam participação apenas de brasileiros?

A mesma questão foi levantada por BARBOSA LIMA SOBRINHO na década de 1960³⁰. Sua resolução é de evidente importância, já que pode ser fator de atração ou repulsão de investimentos no país. De toda forma, à parte à eventual conclusão pela admissibilidade ou não de tratamento diferenciado a sociedades nacionais com participação estrangeira, nada poderia ser tão danoso ao país do que o cenário de indefinição e insegurança que hoje perdura na matéria, e sequer permite aos agentes econômicos conhecerem as regras do jogo para pautarem suas condutas.

Não são poucos os segmentos da economia em que se apresentam restrições de tal gênero³¹. De toda forma, a limitação à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros ou por sociedades brasileiras com participação estrangeira (Lei nº 5.709/1971, art. 1º, *caput* e § 1º) é um dos casos mais emblemáticos, cuja resolução ainda aguarda deslinde no STF. No campo específico da aquisição de imóveis rurais, é possível ainda vislumbrar consequências secundárias da discussão sobre a nacionalidade da sociedade que muitas vezes não são sequer imaginadas e podem ser prejudiciais à população brasileira, como o aumento de taxas de juros para financiamento do agronegócio e o consequente aumento de preços dos alimentos³².

É certo que há ainda outras questões atuais sobre o regime da sociedade estrangeira no direito brasileiro, cujo tratamento adequado pela doutrina ainda está por ser edificado, como a participação de sociedades estrangeiras em licitações, a emissão de valores mobiliários no país por sociedades estrangeiras, a realização de operações de reorganização

³⁰ LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **A Nacionalidade da Pessoa Jurídica**, op. cit., p. 11.

³¹ Cf. Capítulo VI, item 3.

³² Cf. Capítulo VII.

societária envolvendo sociedades de nacionalidades diversas, ou mesmo aspectos do conflito entre a *lex societatis* e a lei do local de atuação da sociedade estrangeira. Não obstante, este trabalho atém-se às indagações centrais acima elencadas. Em passo inicial para o avanço na matéria, pretende-se estudar os principais aspectos de seu regramento, a fim de que se possa futuramente, em bases sólidas, tratar das demais questões pertinentes.

6. Estrutura do trabalho e plano proposto

O trabalho está formalmente dividido em duas partes. A primeira parte é designada *Teoria Geral da Nacionalidade da Sociedade* e busca atender à dupla finalidade de prover ao leitor os aspectos jurídicos teóricos relevantes para a compreensão da qualificação da sociedade segundo a nacionalidade e de assentar as bases da concepção de nacionalidade da sociedade que será também partilhada pela segunda parte, podendo igualmente ser o ponto de partida para outros estudos sobre o regramento aplicável à sociedade estrangeira.

A segunda parte intitula-se *Regime Jurídico da Sociedade Estrangeira* e, sem querer esgotar a miríade de assuntos pertinentes às sociedades estrangeiras, pretende expor questões aplicadas, pertinentes ao regramento da nacionalidade da sociedade no Código Civil e na Constituição de 1988.

A primeira parte é composta por três capítulos.

O primeiro capítulo discute a legitimidade da aplicação do conceito de nacionalidade para pessoas jurídicas e, especificamente, para as sociedades, traçando as diversas orientações existentes a respeito, com a finalidade de permitir entendimento mais preciso sobre a nacionalidade da sociedade.

O segundo capítulo examina a determinação do caráter estrangeiro ou nacional da sociedade. Uma vez admitida a nacionalidade da sociedade, cumpre examinar qual a forma de fixá-la. Para isso, procede-se a uma sistematização crítica dos critérios de determinação da nacionalidade da sociedade em três períodos históricos, seguida da correspondente análise da evolução dos critérios de determinação da nacionalidade da sociedade à luz do direito brasileiro.

O terceiro capítulo volta-se às consequências jurídicas da atribuição da nacionalidade da sociedade. Se é verdade que ninguém celebra um contrato pelo prazer de

trocar declarações de vontade, mas sim pelas consequências daí advindas³³, pode-se igualmente afirmar que não é por capricho, ou à margem de qualquer finalidade, que o direito atribui o caráter nacional ou estrangeiro às sociedades, mas sim em vista dos efeitos jurídicos daí decorrentes. Por essa razão, deve-se atentar às diferentes consequências jurídicas usualmente imputadas à nacionalidade da sociedade.

A segunda parte sequencia mais quatro capítulos.

O quarto capítulo dedica-se às diversas formas de atuação da sociedade estrangeira no Brasil. Após distinguir entre as atuações direta e indireta da sociedade estrangeira explora o regramento aplicável a cada uma delas e as contradições e deficiências do sistema atual, seja pela imprecisão legal ou pela equivocada compreensão dos dispositivos pelo Judiciário ou pela doutrina.

O quinto capítulo aplica-se à mudança de nacionalidade da sociedade, hoje regrada no CC/02. Mais do que examinar os procedimentos para naturalização da sociedade estrangeira ou para desnaturalização da sociedade brasileira regrados na lei, o capítulo propõe-se a refletir criticamente sobre a possibilidade da mudança de nacionalidade da sociedade e sobre o seu significado diante do conceito de nacionalidade da pessoa jurídica exposto na primeira parte do trabalho.

O sexto capítulo detém-se sobre as chamadas *empresas mais ou menos brasileiras*, cuja admissibilidade e tratamento no sistema jurídico vigente é alvo de controvérsias, principalmente diante da Constituição de 1988. O capítulo identifica e caracteriza tais empresas e centra-se no art. 171 da Constituição Federal, buscando seus antecedentes no direito brasileiro até as razões de sua revogação pela Emenda Constitucional nº 6/1995. Seu intuito é contextualizar a discussão acerca do art. 171, evidenciar que a aplicação da concepção de nacionalidade da sociedade delineada na Parte 1 do trabalho fornece as ferramentas adequadas para a interpretação das *empresas mais ou menos brasileiras* e permitir a formulação de observações sobre o regime que lhes é aplicável.

O sétimo capítulo e último evidencia a relevância da discussão sobre a nacionalidade da sociedade e as *empresas mais ou menos brasileiras* a partir do caso específico da aquisição de imóveis rurais por sociedades brasileiras com participação majoritária de estrangeiros. Pretende-se expor as repercussões danosas da incompreensão do regime das *empresas mais ou menos brasileiras*, como a produção de labirinto de normas

³³ “Le parti non stipulano contratti per il piacere di scambiarsi dichiarazioni di volontà; ma in vista di certe finalità pel conseguimento delle quali entrano reciprocamente in rapporto.” Cf. CHIOVENDA, Giuseppe. **Istituzioni di Diritto Processuale Civile**, v. 1. Napoli: Jovene, 1960, p. 178.

jurídicas contraditórias pela burocracia estatal, que fomentam a insegurança jurídica, além de ressaltar a necessidade de reflexão mais aprofundada sobre a instituição dessas empresas sujeitas a tratamento especial diante de consequências secundárias que podem acarretar.

A tudo, segue capítulo de síntese, com as principais conclusões alcançadas em cada etapa do trabalho.

7. Metodologia

Na primeira parte do trabalho – em que se analisam a legitimidade do conceito de nacionalidade da sociedade, os critérios hábeis à sua determinação e as consequências jurídicas da imputação da nacionalidade à sociedade –, lança-se mão de investigação histórica da doutrina e da legislação brasileira, incluindo referências a ordenamentos jurídicos estrangeiros, com o intuito de evidenciar o contexto maior de desenvolvimento do tema.

Na segunda parte, o exame realizado tem seu núcleo no ordenamento jurídico brasileiro. Procede-se ao exame de institutos jurídicos relativos à sociedade estrangeira, partindo do texto legal vigente, conjugando com a perspectiva de sua evolução histórica, para a sistematização da matéria à luz dos pronunciamentos da doutrina, da Administração Pública e do Judiciário.

8. Citações

Citações e referências bibliográficas ao longo do trabalho pautam-se pela norma ABNT NBR 6023:2002. Transcrições de traduções de textos em língua estrangeira têm suas respectivas versões originais em notas de rodapé. Citações de textos originalmente em língua portuguesa seguem fielmente a grafia vigente na época.

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, analisaram-se aspectos centrais pertinentes ao significado e aos efeitos da nacionalidade da sociedade e ao regime jurídico aplicável a sociedades estrangeiras. Recapitulam-se, a seguir, as principais conclusões alcançadas com o desenvolvimento de cada capítulo, sem prejuízo das demais ponderações neles expostas.

Quanto ao **Capítulo I – Legitimidade do Conceito de Nacionalidade:** embora a extensão do conceito de nacionalidade, originalmente cunhado para incidir no campo das pessoas físicas, tenha despertado incômodo na doutrina, sua legitimidade e aceitação são atualmente inegáveis, tanto por seu acolhimento em textos legais, como pelas manifestações correntes na doutrina. Há de se destacar, no entanto, que o termo adquire, no campo das pessoas jurídicas, um significado próprio e distinto daquele que carrega em sua aplicação para as pessoas físicas.

Quanto ao **Capítulo II – Determinação da Nacionalidade da Sociedade:** muitos foram os critérios que se apresentaram historicamente para a determinação do caráter nacional ou estrangeiro da sociedade. Sua evolução permite a identificação de três períodos distintos a partir das ideias predominantes em cada um deles. O primeiro período é marcado por amplo esforço da literatura jurídica, tanto para a identificação dos mais variados critérios de fixação da nacionalidade da sociedade, como para a sua análise de forma a alcançar um critério único mais adequado para todos os Estados. O segundo período sofre forte influência da experiência de guerra e da legislação de exceção então vigente, fazendo sobressair o critério do controle e suas variantes em detrimento de critérios puramente formais para a atribuição da nacionalidade da sociedade. O terceiro período caracteriza-se pela decadência do critério do controle no pós-guerra e pela sua persistência residual em setores-chave para o interesse nacional, pela decadência das disputas doutrinárias por critério “vencedor” para fixação da nacionalidade da sociedade e, por fim, pela resignificação da nacionalidade da sociedade à luz de suas consequências jurídicas.

Quanto ao **Capítulo III – Consequências da Atribuição da Nacionalidade:** indubitavelmente, a atribuição de nacionalidade à sociedade pretende expressar maior vinculação da pessoa jurídica a determinado Estado e a seu ordenamento jurídico. De toda forma, sob o rótulo da imputação do caráter nacional ou estrangeiro à sociedade, apresentam-se efeitos bastante diversos, o que se revela uma das principais causas das confusões em torno da matéria. Diante da exigência do sentido unívoco da linguagem jurídica e da

unitariedade do conceito de nacionalidade da pessoa jurídica, há de se destacar que, sob o manto da “nacionalidade da sociedade”, colocam-se ao menos duas questões diferentes: uma relativa ao conflito de leis na regência das sociedades (*lex societatis*), em que preponderam os critérios formais para fixação da nacionalidade, e outra relativa ao exercício de direitos por estrangeiros, em que prevalecem os critérios reais, que não se referem à sociedade em si, mas a características de seus sócios ou acionistas, ou administradores, ou de seu capital, que são imputadas às sociedades por intermédio da desconsideração atributiva da personalidade jurídica. Refuta-se, assim, o argumento de considerável parcela da literatura que entende haver nacionalidades múltiplas e simultâneas.

Quanto ao **Capítulo IV – Formas de Atuação da Sociedade Estrangeira no Brasil**: a sociedade estrangeira pode atuar no país direta ou indiretamente, sujeitando-se a diferentes regimes para início de suas atividades. Apesar das manifestações contrárias verificadas, é amplamente admitida a participação de sociedades estrangeiras na qualidade de sócia em limitadas. O mesmo, no entanto, não se pode dizer de sua participação em sociedades em conta de participação, em que, apesar de teoricamente possível, seu aporte de recursos no patrimônio especial encontra óbices práticos na regulação do Banco Central. Curiosamente, conquanto se admita a participação totalitária estrangeira em limitadas e S/As, o ordenamento jurídico mostra anacrônica deferência a sentimento nacionalista e a “ritual vazio da lei”, restringindo a utilização de sociedades anônimas unipessoais a sociedades brasileiras em que, por sua vez, pode igualmente prevalecer o comando estrangeiro. A atuação direta da sociedade estrangeira no Brasil sujeita-se a diferentes regras conforme o grau de intensidade na interação com o território nacional e no desenvolvimento de sua atividade. No grau mais elevado, exige-se da sociedade estrangeira que obtenha prévia autorização para funcionar no país. Há muito decadente, o regime da autorização para funcionamento da sociedade estrangeira foi repetido sem maiores reflexões no Código Civil de 2002 e sua diminuta utilidade prática é evidente, sendo imperativa a sua modernização e conformação à realidade do século XXI.

Quanto ao **Capítulo V – Mudança de Nacionalidade da Sociedade**: a nacionalização da sociedade estrangeira e a desnacionalização da sociedade brasileira referem-se à mudança da *lex societatis* de determinada sociedade e coloca em contato dois ordenamentos jurídicos estatais diversos. A sua realização não depende isoladamente de cada um deles, mas de ambos, devendo o complexo processo satisfazer tanto a lei do país de origem quanto do país de destino da sociedade. Também o seu regramento no Código Civil de 2002 encontra-se defasado. A não ser que haja sintonia entre a legislação dos dois

ordenamentos jurídicos pertinentes no processo, a deliberação pela mudança de nacionalidade da sociedade corresponde a uma deliberação pela dissolução da sociedade.

Quanto ao **Capítulo VI – A Empresa Mais ou Menos Brasileira**: tais empresas consubstanciam tradição centenária na ordem jurídica brasileira. Sua mais técnica designação está no termo “sociedade brasileira dotada de elemento estrangeiro relevante”, que não macula o conceito unitária da nacionalidade da sociedade e ainda explicita a desconsideração atributiva da personalidade jurídica que realiza na legislação especial. Diante da oposição da nacionalidade da sociedade com base no art. 1.126 do CC/02 à nacionalidade da sociedade brasileira com participação estrangeira ressaltada pelo art. 171 da Constituição de 1988, procedeu-se a amplo exame de suas origens e de seu significado. Conquanto parcela substancial da doutrina considere que o ordenamento brasileiro não mais admita a diferenciação entre sociedades brasileiras segundo a origem de seu capital ou da nacionalidade do titular de seu controle, a evolução histórica da nacionalidade da sociedade não só mostra que sempre se admitiu, no Brasil e no exterior, tal espécie de distinção, como ressalta que a Constituição de 1988 também a acolhe, mesmo depois da revogação cirúrgica do art. 171. De todo modo, há de se considerar que, por vezes, restrições impostas a sociedades brasileiras dotadas de certos elementos estrangeiros podem assentar-se sobre fundamentos frágeis, o que demanda novas reflexões sobre as áreas a serem alvo de restrição e os elementos a serem eleitos como relevantes a atrair o regramento especial. Por fim, no âmbito societário, tais empresas encontram-se sujeitas a regime especial, que pode, por exemplo, impedir-lhes de transferir participações societárias ou limitar o exercício do direito de preferência em aumentos de capital.

Quanto ao **Capítulo VII – O Caso da Aquisição de Imóveis Rurais no País**: a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros é o caso mais emblemático no estudo das sociedades brasileiras dotadas de elemento estrangeiro relevante. Isso porque a Lei nº 5.709/1971 equipara explicitamente as pessoas jurídicas brasileiras com participação de estrangeiros às pessoas jurídicas estrangeiras, e sujeita-lhes a regime diverso daquele dispensado às demais sociedades brasileiras. A um só tempo, seu estudo, de um lado, ilustra a importância do tema deste trabalho e evidencia as repercussões negativas da incompreensão do significado da nacionalidade da sociedade e da admissibilidade do estabelecimento de regime diferenciado a sociedades brasileiras dotadas de elemento estrangeiro relevante, que resultaram em longuíssimo imbróglio⁵⁰⁹, que ainda hoje aguarda

⁵⁰⁹ Até o momento, totaliza, pelo menos, três pareceres da AGU, três pareceres da Corregedoria do TJSP, uma manifestação do CNJ e duas ações do STF.

a resposta definitiva do STF; e, de outro lado, revela a necessidade de se meditar de forma mais abrangente também sobre eventuais consequências secundárias da instituição de sociedades brasileiras dotadas de elemento estrangeiro relevante, uma vez que é possível que sua criação milite contra os próprios interesses nacionais.

BIBLIOGRAFIA

AFFONSO, Ana Carolina Barbuio. **A Sociedade em Conta de Participação no Direito Brasileiro**. 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Departamento de Direito Comercial, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ALCANTARA, Guilherme Benages. Aquisição de Imóvel Rural por Empresa Brasileira Controlada por Estrangeiro Não Residente ou Não Sediado no Brasil. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, São Paulo, v. 5, p.261-276, dez. 2015.

ANDRADE JÚNIOR, Attila de Souza Leão. **O Capital Estrangeiro no Sistema Jurídico Brasileiro**. 2. ed. Forense: Rio de Janeiro, 2001.

ARMINJON, Pierre. **Précis de Droit International Privé**, v. 2. Paris: Dalloz, 1958.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO. **Ciclo de Debates sobre a Nova Lei das Sociedades Anônimas**. São Paulo, 1976.

BAETA, Zínia. Juízes entendem que estrangeiras sócias de limitadas são irregulares. **Valor Econômico**. São Paulo, 20 out. 2008. Legislação & Tributos.

BALLARINO, Tito. **Diritto Internazionale Privato**. 2. ed. Padova: Cedam, 1996.

BARBOSA, Alfredo Ruy. A Nacionalidade das Empresas. **Revista Brasil Mineral**, São Paulo, v. 76, p.14-15, mar. 1990.

BARBOSA, Denis Borges. **Direito de Acesso do Capital Estrangeiro**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 1996.

BARBOSA, Leonardo Garcia. Restrições ao Exercício de Empresa por Estrangeiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 50, n. 199, p.349-364, jul./set. 2013.

BARRETO FILHO, Oscar. Comentários ao Anteprojeto de Código de Obrigações. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 61, n. 2, p.67-127, 1966.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Sociedades Anônimas e Mercado de Capitais**, v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Tratado de Direito Internacional Privado: Parte Especial**, v. 2. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

BATIFFOL, Henri; LAGARDE, Paul. **Droit International Privé**. 7. ed. Paris: Lgdj, 1981.

BERCOVICI, Gilberto. Soberania Econômica e Regime Jurídico do Capital Estrangeiro. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, Belo Horizonte, v. 17, n. 5, p.95-110, jan./mar. 2011.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Commentado**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1944.

_____. **Princípios Elementares de Direito Internacional Privado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1934.

_____. **Soluções Práticas de Direito**, v. 1. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1923.

BIANQUI, Pedro Henrique Torres. **Desconsideração Judicial da Personalidade Jurídica pela Óptica Processual**. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Departamento de Direito Processual, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BIFANO, Elidie Palma. Reorganização Internacional de Empresas e o Planejamento Tributário. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de; ZILVETI, Fernando Aurélio; MOSQUERA, Roberto Quiroga. **Direito Tributário: Tributação Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 191-211.

BONILHA, Márcio Martins. Imóvel rural - Estrangeiros - Aquisição - Pessoa física estrangeira - Pessoas jurídicas estrangeiras - Constitucionalidade - Controle - Decisões administrativas - Caráter normativo. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, v. 37, p.260, jan./abr. 1996.

BORJA, Célio de Oliveira. O capital estrangeiro no direito brasileiro. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 26, n. 88, p.32-43, 2006.

BOUDERHEM, Rabaï. **La nationalité des sociétés en droit français**. 2012. 417 f. Tese (Doutorado) - Faculté de Droit, Université de Bourgogne, Dijon, 2012. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/tel-00960318/document>>. Acesso em: 10 maio 2016.

BUSCHINELLI, Gabriel Saad Kik; BRESCIANI, Rafael Helou. Aspectos Processuais da Ação de Responsabilidade do Controlador movida por Acionista Titular de Menos de 5% do Capital Social (art. 246, § 1º, “b” da Lei 6.404/76). In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti Julio. **Processo Societário II**: Adaptado ao Novo CPC – Lei nº 13.105/2015. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. (Comp.). **Dossiê do PL 530/1955**, Relatório do Sen. Armando Rollemberg. Brasília, 1957.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. (Comp.). **Dossiê do PL 530/1963**. Brasília, 1963.

BUENO, José Antonio Pimenta. **Direito Internacional Privado e Aplicação de seus Princípios**: com referência às leis particulares do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1863.

BUITONI, Ademir. Participação acionária e funcionamento da sociedade estrangeira no Brasil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 62, n. 25, p.25-31, out./dez. 1986.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica**, relatado pelo Dep. Sérgio Carvalho. Brasília, 2001.

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. **Direito Econômico e Direito Administrativo: o Estado e o Poder Econômico**. Porto Alegre: Fabris, 2006. p. 85-97.

Canadian Security Intelligence Service. **The Foreign Fighters Phenomenon and Related Security Trends in the Middle East**. Canada, 2016. 160 p. Disponível em: <<https://www.csis.gc.ca/pblctns/wrldwtch/2016/20160129-en.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

CARRIÓ, Genaro Rubén. **Notas Sobre Derecho y Lenguaje**. 4. ed. Buenos Aires: Abeledo-perrot, 1994.

CARVALHO, Eduardo de. **Teoria e Prática das Sociedades Por Ações**: v. 1. São Paulo: Bushatsky, 1960.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários ao Código Civil: Parte Especial - Do Direito de Empresa**, v. 13. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Nacionalidade das Sociedades no Direito Internacional e no Direito Interno. **Revista de Direito Público**, São Paulo, v. 69, n. 17, p.238-253, jan./mar. 1984.

CASTRO, Amílcar de. **Direito Internacional Privado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

CASTRO, Leonel Pereznieta. **Derecho Internacional Privado: Parte General**. 7. ed. Ciudad de Mexico: Oxford University Press, 2000.

_____. La Nacionalidad de las Sociedades. **Revista de Derecho Notarial Mexicano**, Ciudad de México, v. 51, n. 51, p.84-99, jan./dez. 1973.

CAVAGLIERI, Arrigo. **Il Diritto Internazionale Commerciale**. Padova: Cedam, 1936.

CESARINO JUNIOR, Antônio Ferreira. **Sociedades Anônimas Estrangeiras**. São Paulo: Saraiva, 1934.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Istituzioni di Diritto Processuale Civile**: v. 1. Napoli: Jovene, 1960.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Civilização Capitalista**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **O Poder de Controle na Sociedade Anônima**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

_____. Na Proto-História das Empresas Multinacionais: o Banco Medici de Florença. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 54, p.105-111, 1984.

_____. Nacionalidade de Sociedades Privadas e Aquisição de Imóveis Rurais no País. In: _____. **Direito Empresarial: Estudos e Pareceres**. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 57-64.

_____. Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin; BARROSO, Luís Roberto (Org.). **Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional**: v. 6. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 403-428.

CORREIO PAULISTANO. Prorrogado o prazo para as declarações relativas aos bens de japoneses, alemães e italianos. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 1-1. 28 mar. 1942.

COSTA, José Augusto Fontoura. **Direito Internacional do Investimento Estrangeiro**. Curitiba: Juruá, 2010.

CRISTIANO, Romano. Nacionalidade da Empresa na Constituição Federal. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 639, n. 78, p.46-50, jan. 1989.

D'OVIDIO, Antonio Lefebvre. **La Nazionalità delle Società Commerciali**. Milano: Giuffrè, 1939.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de Direito Internacional Privado**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

DESPAGNET, Frantz. **Précis de Droit International Privé**. Paris: L. Larose Et Forcel, 1904.

DIAS, Bernadete de Figueiredo. **Investimentos Estrangeiros no Brasil e no Direito Internacional**. Curitiba: Juruá, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DOELLINGER, Carlos von; CAVALCANTI, Leonardo Caserta. **Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, 1975.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado: Parte Geral**. São Paulo: Renovar, 2003.

_____. A Sociedade Anônima Brasileira: Critério Determinador de Sua Nacionalidade. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 23, n. 15, p.65-70, 1976.

EIZIRIK, Nelson. **A Lei das S/A Comentada: Artigos 206 ao 300**, v. 4. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

ESPÍNOLA, Eduardo. **Elementos de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Jacintho, 1925.

ESPÍNOLA, Eduardo; ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. **A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Comentada**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1944.

FÉRES, Marcelo Andrade. **Sociedade em Comum: disciplina jurídica e institutos afins**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERNANDES, Hélio. Prefácio. In: RABELO, Genival. **O Capital Estrangeiro na Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 1-13.

FERREIRA, Waldemar. **Tratado de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 1961.

_____. **Tratado de Sociedades Mercantis**: v. 4. 5. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1958.

FIGUEIRA, Domingos de Andrade. Parecer 'Fuccionamento no Brasil de Sociedade Anonyma com Sede no Extrangeiro'. **Revista Forense**, Belo Horizonte, v. 48, n. 8, p.120-120, 1908.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; VON ADAMEK, Marcelo Vieira. Da Livre Participação, Como Regra, de Sociedade Estrangeira em Sociedade Brasileira de Qualquer Tipo. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 147, n. 46, p.55-62, jul./set. 2007.

FRANZETTI, Carlos Alberto. La Nacionalidad de las Sociedades. **Lecciones y Ensayos**, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Buenos Aires, v. 32, p.119-131, 1966.

FREITAS, Guiomar de. **Nacionalidade de Sociedades**. 1995. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Departamento de Direito Comercial, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2005.

G1. **Justiça do Rio aceita pedido de recuperação judicial da Delta**. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2012/06/justica-do-rio-aceita-pedido-de-recuperacao-judicial-da-delta.html>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

GARCIA, Roni Genicolo. A multinacional 'limitada': uma ilimita distorção. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 56, n. 23, p.147-160, out./dez. 1984.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de Empresa: Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

GONÇALVES, José Artur Lima. Imposto sobre a Renda - Resultados Auferidos no Exterior por Filiais, Sucursais, Controladas e Coligadas. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo, v. 74, p.70-81, nov. 2001.

GORDILHO, Pedro. Comentário à Jurisprudência: Embargos Infringentes nº 597256791. **Revista Brasileira de Direito Aeroespacial**, Rio de Janeiro, v. 78, p.1-10, 1999.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. Breve Nota Histórica Sobre o Artigo 171 da Constituição de 1988. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 179, n. 45, p.241-244, jul./set. 2008.

_____. Conceito de Empresa Brasileira de Capital Nacional e Incentivos Fiscais - Revogação do art. 171 da Constituição - Interpretação da Constituição. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo, v. 13, p.83-94, 1996.

GUASTINI, Riccardo. **Das Fontes às Normas**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares. Sociedade Anônima: Poder e Dominação. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 53, n. 23, p.72-80, jan./mar. 1984.

_____. Subsidiárias, Filiais e Representantes de Sociedades Estrangeiras. In: XAVIER, Alberto; MARTINS, Ives Gandra da Silva (Org.). **Estudos Jurídicos sobre Investimento Internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980. p. 139-149.

GUIMARÃES, Hahnemann. As Pessoas Jurídicas como Situações Patrimoniais. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 91, n. 471, p.11-22, set. 1942.

GUIMARÃES, Ruy Carneiro. **Sociedades por Ações: Arts. 59 a 115**, v. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

GUYON, Yves. **Droit des Affaires**. 12. ed. Paris: Economica, 2003. t. 1.

GÜNTER, Roth; KINDLER, Peter. **The Spirit of Corporate Law: Core Principles of Corporate Law in Continental Europe**. München: Beck, 2013.

HADARI, Yitzhak. The Choice of National Law Applicable to the Multinational Enterprise and the Nationality of Such Enterprises. **Duke Law Journal**, Durham, v. 1974, n. 1, p.1-57, 1974.

HENTZ, Luiz Antonio Soares; DINIZ, Gustavo Saad. **Sociedades Dependentes de Autorização**. São Paulo: IOB Thomson, 2004.

HOUPIN, Charles; BOSVIEUX, Henri. **Traité Général Théorique et Pratique des Sociétés Civiles et Commerciales et des Associations**, t. 2. Paris: Sirey, 1925.

HUCK, Hermes Marcelo. Empresas mais ou menos brasileiras. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 20 jan. 1988. Tribunais, p. 28-28.

IRTI, Natalino. **Introduzione allo Studio del Diritto Privato**. Padova: Cedam, 1990.

JAFET, Danilo Haddad; ANTONINI, Rafael Rego. O Ainda Preocupante Cenário da Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiros no Brasil. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 59, n. 15, p.139-149, jul./set. 2014.

JANCZESKI, Célio Armando. Transferência de Quotas Sociais à Pessoa Jurídica Estrangeira. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 30, n. 8, p.160-162, jan./fev. 2000.

JUSTEN FILHO, Marçal. Empresa, Ordem Econômica e Constituição. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 212, p.109-133, 1998.

KALTHOFF, Henrique. **Da Nacionalidade no Direito Internacional Privado e na Legislação Comparada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

KHANNA, Parag; FRANCIS, David. **These 25 Companies Are More Powerful Than Many Countries**: Going stateless to maximize profits, multinational companies are vying with governments for global power. 2016. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2016/03/15/these-25-companies-are-more-powerful-than-many-countries-multinational-corporate-wealth-power/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

KLEY-STRULLER, Andreas. Die Staatszugehörigkeit juristischer Personen. **Schweizerische Zeitschrift Für Internationales Und Europäisches Recht**, Zürich, v. 2, n. 2, p.163-202, mar. 1991.

KRAAKMAN, Reinier et al. **Anatomy of Corporate Law: A Comparative and Functional Approach**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2009.

KÜNZLI, Willi Sebastian. **Investimento Estrangeiro em Terras no Brasil à Luz do Direito Internacional**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Departamento de Direito Internacional, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões. **A Lei das S.A.:** pressupostos, elaboração e aplicação. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

LAURENT, François. **Le Droit Civil International**: v. 4. Paris: Marescq, 1881.

LEÃES, Luiz Gastão de Paes de Barros. The Nationality of Business Associations and the Federal Constitution of 1988. In: DOLINGER, Jacob; ROSENN, Keith (Org.). **A Panorama of Brazilian Law**. Miami: University Of Miami North-south Center, 1992. p. 141-154.

LEITE JUNIOR, Roberto Gentil Nogueira. Vedação da participação de sociedade estrangeira sem autorização do governo brasileiro em sociedades do tipo responsabilidade limitada. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 75, n. 13, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.ambito->

juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7655>. Acesso em: 21 nov. 2016.

LEVEN, Maurice. **De La Nationalité des Sociétés et Ses Effets Juridiques**. Paris: Rousseau, 1900.

LÉVY, Laurent. **La Nationalité des Sociétés**. Paris: LGDJ, 1984.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **A Nacionalidade da Pessoa Jurídica**. Minas Gerais: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1963.

LOBO, Carlos Augusto da Silveira. Participação de Sociedades Estrangeiras em Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 64, n. 35, p.23-29, out./dez. 1986.

LOBO, Ovidio da Gama. **Direitos e Deveres dos Estrangeiros no Brasil**. São Luis: Typ. Antonio Pereira Ramos D'almeida, 1868.

LOPES, Mauro Brandão. **A Sociedade em Conta de Participação**. São Paulo: Saraiva, 1990.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Comentários à Lei de Introdução ao Código Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

LOUSSOUARN, Yvon. **Les Conflits de Lois en Matière de Sociétés**. Paris: Sirey, 1949.

LOUSSOUARN, Yvon; BREDIN, Jean-Denis. **Droit du Commerce International**. Paris: Sirey, 1969.

LYON-CAEN, Charles. Des Conditions à Exiger pour que les Sociétés Soie Françaises. **Journal Du Droit International**, Paris, v. 44, n. 1, p.5-23, 1917.

MAGALHÃES, José Carlos de. As Empresas Multinacionais e o Mercado de Capitais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 23-25, n. 30, p.155-169, 1980-1982.

_____. Nacionalidade da Pessoa Jurídica e a Empresa Multinacional. **Revista da Faculdade de Direito da Usp**, São Paulo, v. 69, p.97-124, 1974.

_____. O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 30, n. 119, p.175-191, jul./set. 1993.

MAGALHÃES, Roberto Barcellos de. **Constituição das Sociedades Comerciais**. São Paulo: Freitas Bastos, 1960.

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro: Direito Societário**, v. 2. São Paulo: Atlas, 2004.

MANN, Frederick Alexander. Zum Problem der Staatsangehörigkeit der Juristischen Person. In: RAISER, Ludwig et al (Org.). **Festschrift für Martin Wolff: Beiträge zum Zivilrecht und internationalen Privatrecht**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1952. p. 271-286.

MARCONDES, Sylvio. **Problemas de Direito Mercantil**. São Paulo: Max Limonad, 1970.

MARIA, Alberto Santa. **Diritto Commerciale Europeo**. 3. ed. Milano: Giuffrè, 2008.

MARINHO, Ilmar Penna. **Tratado sobre a Nacionalidade**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

MARTINS, Fran. **Sociedade por Quotas no Direito Estrangeiro e Brasileiro**: v. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

MATOSO, Filipe. Temer veta trecho de MP das aéreas; controle por estrangeiros fica em 20%. **G1**. Brasília, p. 1-1. 25 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/07/temer-veta-100-de-participacao-estrangeira-em-aereas-diz-planalto.html>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MAZEAUD, Léon. De la Nationalité des Sociétés. **Journal Du Droit International**, Paris, v. 55, p.30-66, 1928.

MCDOWALL, Duncan. **The Light: Brazilian Traction, Light and Power Company Limited, 1899-1945**. Toronto: University Of Toronto Press, 1988.

MÉLEGA, Luiz. Nacionalidade das Sociedades por Ações. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 33, n. 18, p.127-132, 1979.

MELLO, Celso Renato Duvivier de Albuquerque. **Direito Internacional Econômico**. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de Direito Commercial Brasileiro**: v. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.

MICHOUD, Léon. **La Théorie de la Personnalité Morale et Son Application au Droit Français**: v. 2. 2. ed. Paris: LGDJ, 1924.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **The Company: A Short History of a Revolutionary Idea**. New York: The Modern Library, 2003.

Ministério da Ciência e Tecnologia. Emenda Constitucional nº 6/95: Implicações Infraconstitucionais Decorrentes de sua Promulgação. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo, v. 5, n. 12, p.293-311, maio 1996.

MONTEIRO, Jannice Amóras. **A Aquisição de Imóveis Rurais por Pessoa Jurídica Brasileira com Maioria do Capital Social Estrangeiro**. 2016. 124 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Departamento de Direito Internacional, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOORE, Karl; LEWIS, David. **The Origins of Globalization**. New York: Routledge, 2009.

NIBOYET, Jean-Paulin. **Traité de Droit International Privé Français**: v. 1. Paris: Sirey, 1938.

_____. Existe-t-il vraiment une Nationalité des Sociétés? **Revue Critique de Droit International Privé**, Paris, p.402-417, 1927.

NUSDEO, Fábio. A Empresa Brasileira de Capital Nacional: Extensão e Implicações do Artigo 171 da Constituição Federal. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 77, n. 29, p.15-28, jan./mar. 1990.

OCTÁVIO, Rodrigo. **Dicionário de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1933. p. 344-347.

_____. **Direito do Estrangeiro no Brazil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.

_____. **Manual do Código Civil Brasileiro: Introdução (Arts. 1 a 21)**. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1932.

OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de. **A Dupla Crise da Pessoa Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1979.

_____. **Conceito de Pessoa Jurídica**. 1962. 190 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1962.

OTTOLENGHI, Smadar. From Peeping Behind the Corporate Veil, to Ignoring it Completely. **The Modern Law Review**, [s.l.], v. 53, n. 3, p.338-353, maio 1990.

PASSOS, Edilenice; LIMA, João Alberto de Oliveira. **Memória Legislativa do Código Civil: Tramitação na Câmara dos Deputados: Primeiro Turno**, v. 2. Brasília: Senado Federal, 2012.

_____. **Memória Legislativa do Código Civil: Tramitação no Senado Federal**, v. 3. Brasília: Senado Federal, 2012.

PEDROSA, Leyberson. Pela quinta vez, Whatsapp tem problemas com justiça brasileira. **Portal EBC**. Brasília, p. 1-1. 19 jul. 2016. Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2016/03/tres-vezes-que-o-whatsapp-teve-problemas-com-justica-brasileira>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha. **Sociedades Por Ações**. São Paulo: Saraiva, 1972.

PÉPY, André. **La Nationalité des Sociétés**. Paris: Sirey, 1920.

PGFN. Emenda Constitucional nº 3 - Empresa Nacional - Empresa Estrangeira. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 206, p.312-316, 1996.

PILLET, Antoine. **Des Personnes Morales en Droit International Privé**. Paris: Sirey, 1914.

_____. **Principes de Droit International Privé**. Paris: Pedone, 1903.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969**, v. 5. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974.

_____. **Tratado de Direito Internacional Privado: Fundamentos - Parte Geral**, v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. **Tratado de Direito Privado: Parte Especial**, t. 50. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966.

PRADO, Viviane Müller; FARACO, Alexandre Ditzel. Participação de sociedade estrangeira em limitada exige interpretação ampla da lei. **Migalhas**. São Paulo, p. 1-1. 13 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI76236,31047-Participacao+de+sociedade+estrangeira+em+limitada>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

RABEL, Ernst. **The Conflict of Laws: A Comparative Study**, v. 2. Ann Arbor: The University Of Michigan Press, 1947.

RAMIRES, Rogerio. **A Sociedade em Conta de Participação no Direito Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2014.

RAMMELOO, Stephan. **Corporations in Private International Law: a European Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: Teoria e Prática**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RÉGNIER, Leonardo Medeiros. **Nacionalidade das Sociedades Comerciais**. Curitiba: Juruá, 2002.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

REICH, Robert. **The Increasing Irrelevance of Corporate Nationality**. 2014. Disponível em: <<http://robertreich.org/post/93122315065>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

_____. Does Corporate Nationality Matter? **Issues In Science And Technology**, University Of Texas At Dallas, v. 7, n. 2, p.40-44, 1990-1991.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**: v. 2. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Abuso de Direito e Fraude Através da Personalidade Jurídica (Disregard Doctrine). **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 410, n. 58, p.12-24, dez. 1969.

REY, Jose Antonio Leon. **La Nacionalidad de las Sociedades Extranjeras**. Bogotá: Minerva, 1928.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. A Nacionalidade da Pessoa Jurídica e sua Internacionalização. **Revista Semestral de Direito Empresarial**, Rio de Janeiro, v. 2, p.167-202, jan./jun. 2008.

ROCHA, Olavo Acyr de Lima. **O Regime Jurídico da Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro**. 1980. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Direito Civil, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

ROCHA, Osíris. **Curso de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

RODAS, João Grandino. **Evolução do Liame entre Sociedade Comercial e Estado**. 1993. 497 f. Tese (Titularidade) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

RODAS, João Grandino; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **A Conferência de Haia de Direito Internacional Privado: a Participação do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ROVAI, Armando Luiz. Considerações sobre a proibição de ingresso de sócios estrangeiros nas sociedades de tipo Ltda.: aplicação do art. 1.134 do Código Civil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 64, n. 12, p.1-1, jun. 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6139>. Acesso em: 21 nov. 2016.

ROZAS, José Carlos Fernández. Balance y Perspectivas de los Sistemas de Determinación de la Lex Societatis. In: SALINAS, Ana Navarro (Org.). **Derecho de Sociedades: Libro Homenaje al Professor Fernando Sánchez Calero**, v. 1. Madrid: MGH, 2002. p. 197-214.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **O Novo Direito Societário**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SAMPAIO, Plínio. **Capital Estrangeiro e a Agricultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, António Marques dos. **Algumas Reflexões sobre a Nacionalidade das Sociedades em Direito Internacional Privado e em Direito Internacional Público**. Coimbra: Faculdade de Direito de Coimbra, 1985.

SANTOS, Theóphilo de Azeredo. **Da Nacionalidade das Sociedades Comerciais**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da Universidade de Minas Gerais, 1957.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe. **Sociedade em Conta de Participação**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

_____. Reflexões sobre a Sociedade em Conta de Participação no Direito Brasileiro. **Revista Jurídica Empresarial**, Porto Alegre, v. 12, p.11-105, jan./fev. 2010.

SCHAPIRA, Jean. **Le Droit International des Affaires**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

SERICK, Rolf. **Forma e Realtà della Persona Giuridica**. Milano: Giuffrè, 1966. Tradução de Marco Vitale.

SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Os Projeto de Lei das Sociedades por Ações e da Comissão de Valores Mobiliários**. Brasília: Congresso Nacional, 1976. (Pronunciamento do Senhor Ministro de Estado da Fazenda na Comissão de Economia). Diário do Congresso Nacional, 28.08.1976, p. 5194-5197.

SINDICATO DOS BANCOS DO ESTADO DA GUANABARA (Comp.). **Reforma das S.A. e Criação da Comissão de Valores Mobiliários (anteprojeto)**. Rio de Janeiro, 1975.

SOUSA, António Frada de. Company's Cross-border Transfer of Seat in the EU After Cartesio. **Jean Monnet Working Paper 07/09: Jean Monnet Working Paper Series**. NYU School Of Law, New York, p. 1-182. 2009. Disponível em: <<http://www.jeanmonnetprogram.org/wp-content/uploads/2014/12/090701.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

STF. Suspendo parecer sobre aquisição de imóveis rurais por estrangeiros. **Notícias STF**. Brasília, p. 1-1. 13 set. 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=325142>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

STRANGE, John (Comp.). **Reports of Adjudged Cases in the Courts of Chancery, King's Bench, Common Pleas and Exchequer**: from Trinity Term in the second Year of King George I to Trinity Term in the twenty-first Year of King George II, v. 1. London: Henry Lintot, 1755.

STUBER, Walter Douglas. A Reforma da Ordem Econômica e Financeira. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 14, n. 4, p.80-91, jan./mar. 1996.

STÜCKE, Ulrike. **Das spanische Internationale Gesellschaftsecht**. Münster: Lit, 1999.

SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda. Participação do Capital Estrangeiro no Setor de Saúde. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 6, p.39-57, out./dez. 2008.

TEIXEIRA, Egberto Lacerda. **Das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada**. São Paulo: Max Limonad, 1956.

_____. A Nacionalidade e as Sociedades Comerciais no Brasil e no Estrangeiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 420, p.20-37, 1970.

TEIXEIRA, Egberto Lacerda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. **Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro**, v. 1. São Paulo: Bushatsky, 1979.

THALLER, Edmond-Eugène. **Esquisse de Réforme de la Législation des Étrangers**: particulièrement dans le rapports franco-allemands - individus et sociétés. Paris: Rousseau Et Cie, 1917.

THE SOUFAN GROUP. **Foreign Fighters: An Updated Assessment of the Flow of Foreign Fighters into Syria and Iraq**. New York, 2015. Disponível em: <http://soufangroup.com/wp-content/uploads/2015/12/TSG_ForeignFightersUpdate_FINAL3.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2016.

TIBÚRCIO, Carmen. Disciplina Legal da Pessoa Jurídica à Luz do Direito Internacional Brasileiro. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 14, n. 53, p.185-209, jul./set. 2011.

TORRES, Heleno Taveira. **Direito Tributário Internacional: Planejamento tributário e operações transnacionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

UNCTAD. **Trasnational Corporations Statistics**. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/DIAE/Transnational-Corporations-Statistics.aspx>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

VALLADÃO, Haroldo. **Anteprojeto oficial da Lei Geral de Aplicação das Normas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

_____. **Direito Internacional Privado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

VALVERDE, Trajano de Miranda. **Sociedades por Ações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1953.

VAMPRÉ, Spencer. **Tratado Elementar de Direito Commercial**: v. 1. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1921.

VAREILLES-SOMMIÈRES, Gabriel de La Broüe de. **Les Personnes Morales**. Paris: LGDJ, 1919.

VASCONCELOS, Pedro Leitão Pais de. **Sociedades Comerciais Estrangeiras: o art. 4º do Código das Sociedades Comerciais**. Coimbra: Almedina, 2015.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Direito Comercial: Sociedades**, v. 2. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

VERRUCOLI, Piero. **Il Superamento della Personalità Giuridica delle Società di Capitali nella Common Law e nella Civil Law**. Milano: Giuffrè, 1964.

VIANA, Luiz. **Da Nacionalidade das Sociedades**. Salvador: Artes Gráficas, 1959.

VILLELA, Anna Maria. A Unificação do Direito Privado na América Latina: Direito Uniforme e Direito Internacional Privado. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (Org.). **Doutrinas Essenciais de Direito Internacional**: v. 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 25-50.

VIO, Daniel de Avila. **Grupos Societários**: Ensaio sobre os Grupos de Subordinação, de Direito e de Fato, no Direito Societário Brasileiro. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATTISTON, Stefano. The Network of Global Corporate Control. **Plos One**, [s.l.], v. 6, n. 10, p.25995-25995, 26 out. 2011. Public Library of Science (PLOS). <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0025995>. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0025995>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

VIVANTE, Cesare. La Difesa Nazionale delle Società per Azioni. **Rivista del Diritto Commerciale**, Milano, v. 14, n. 1, p.637-647, 1916.

SAVIGNY, Friedrich Karl von. **Sistema del Diritto Romano Attuale**: v. 2. Torino: Unione, 1888. Trad. Vittorio Scialoja.

WALD, Arnoldo. **Comentários ao Novo Código Civil**: Livro II - Do Direito de Empresa, v. 14. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. A evolução do regime constitucional da parceria público-privada e do capital estrangeiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 45, n. 179, p.403-410, jul./set. 2008.

_____. Empresas Nacionalizadas pelo Decreto n. 73.685 de 1974: Direito adquirido a tratamento idêntico ao das empresas nacionais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 496, n. 66, p.39-47, fev. 1977.

WEISS, André. **Manuel de Droit International Privé**. 6. ed. Paris: Sirey, 1909.

WHATSAPP INC.. **Contact WhatsApp**. Disponível em: <<https://www.whatsapp.com/contact/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

WILKINS, Mira. Multinational Enterprise to 1930: Discontinuities and Continuities. In: CHANDLER JUNIOR, Alfred; MAZLISH, Bruce (Org.). **Leviathans: Multinational Corporations and The Global History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 45-79.

WOLFF, Martin. **Private International Law**. 2. ed. Oxford: Clarendon, 1950.

XAVIER, Alberto. Distinção entre Sociedades Nacionais e Estrangeiras para Efeitos Societários, Fiscais e Cambiais. **Revista de Direito Público**, São Paulo, v. 53-54, n. 13, p.329-335, jan./jun. 1980.

_____. Problemas jurídicos das filiais de sociedades estrangeiras, no Brasil e de sociedades brasileiras no exterior. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 39, n. 19, p.76-83, 1980.

XAVIER JUNIOR, Ely Caetano. **Direito Internacional dos Investimentos: o tratamento justo e equitativo dos investidores estrangeiros e o direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

[EDITOR]. Antonio Ferreira Cesarino Junior, Professor Catedrático de Legislação Social. **Revista da Faculdade de Direito da Usp**, São Paulo, v. 34, n. 3, p.83-89, 1938.

[EDITOR]. Antônio Ferreira Cesarino Júnior. **Revista da Faculdade de Direito da Usp**, São Paulo, v. 58, p.23-28, 1963.